ENTRELUGAR

# QUE BONITO É ESSE? DISPUTAS TERRITORIAIS EM TERRAS DO AGRO-ECO-TURISMO

*WHAT BONITO IS THIS ONE? TERRITORIAL DISPUTES ON LANDS AGRO-ECO-TOURISM*

*¿QUÉ BONITO ES ESTE? DISPUTAS TERRITORIALES EN TIERRAS DEL AGRO-ECO-TURISMO*

**Ângelo Franco do N. Ribeiro**
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
angeloribeiro@ufgd.edu.br

**Resumo:** Este trabalho teve como objetivo analisar o processo de construção da prática do turismo em áreas de produção agropecuária tradicional do estado de Mato Grosso do Sul. O município de Bonito situado no sudoeste do estado tem em seu histórico de ocupação - não indígena - a produção pecuária até meados da década de 1980 como a única atividade predominante, explorando principalmente os campos com pastagem nativa no entorno da Serra da Bodoquena. Após metade da década de 1980, a agricultura passou a ocupar áreas mais planas e com solos férteis, e o turismo começa a valorizar os rios e cachoeiras de águas límpidas com nascentes na Serra da Bodoquena. A agricultura teve um ciclo de ascensão até metade da década de 1990, quando perde espaço para a pecuária que se tornou mais lucrativa. No entanto, em meados de 2010, volta a ocupar novas áreas pressionando áreas de nascentes e banhados. O cenário criado por este emaranhado de atividades econômicas levou à construção do agro-eco-turismo, onde os produtores rurais são também os empresários do turismo, trazendo para agenda turística e ambiental, o conservadorismo e truculência dificultando qualquer avanço na proteção ambiental. Desta forma, o "eco" fica apenas no marketing e discurso.

**Palavras chave:** Turismo, Agricultura, Pecuária, Preservação.

**Abstract:** This work has as objective to analyze the process of construction of tourism practice in areas of traditional agricultural production in the state of Mato Grosso do

Sul. The municipality of Bonito located in the southwest of the state has in your history of non -indigenous occupation the livestock production until mid of the 1980s as the only predominant activity exploring mainly fields with native pasture around the Serra da Bodoquena. After the mid-1980s, the agriculture began to occupy flatter areas with fertile soils and the tourism began to appreciate the rivers and clear waterfalls with springs in the Serra da Bodoquena. Agriculture had a cycle of rise up to the mid-1990s when it lost space for livestock that it became more profitable. However, in the middle of 2010, it again occupying new areas by pressing areas of springs and plains. The scenario created by this entanglement of economic activities led to the construction of agro-eco-tourism, where the rural producers are also tourism entrepreneurs, bringing to the tourism and environmental agenda, the conservatism and truculence making it difficult any advance in environmental protection. Thus, the "echo" stay only in marketing and speech.
**Keywords:** Tourism, Agriculture, Livestock, Preservation.

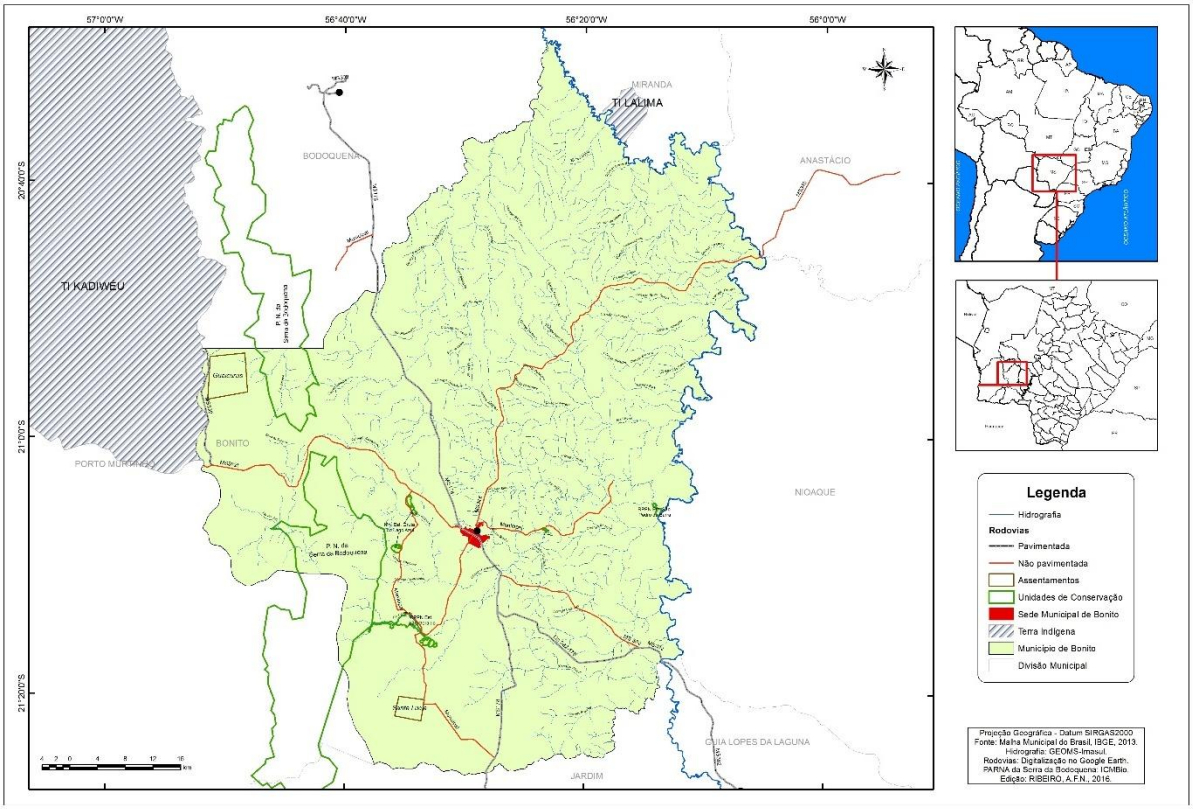
**Resumen:** Este trabajo tuvo como objetivo analizar el proceso de construcción de la práctica del turismo en áreas de producción agropecuaria tradicional del estado de Mato Grosso do Sul. El municipio de Bonito situado en el suroeste del estado tiene en su histórico de ocupación no indígena la producción pecuaria hasta mediados de la década de 1980 como la única actividad predominante explorando principalmente los campos con pastoreo nativo en el entorno de la Serra da Bodoquena. Después de la mitad de la década de 1980 la agricultura pasó a ocupar áreas más planas y con suelos fértiles y el turismo comienza a valorar los ríos y cascadas de aguas límpidas con nacientes en la Sierra de Bodoquena. La agricultura tuvo un ciclo de ascenso hasta la mitad de la década de 1990, cuando pierde espacio para la ganadería que se ha vuelto más lucrativa. Sin embargo, a mediados de 2010, vuelve a ocupar nuevas áreas presionando áreas de manantiales y bañados. El escenario creado por este enmarañado de actividades económicas llevó a la construcción del agro-eco-turismo, donde los productores rurales son también los empresarios del turismo, trayendo para agenda turística y ambiental, el conservadurismo y truculencia dificultando cualquier avance en la protección ambiental. De esta forma, el "eco" se queda sólo en el marketing y el discurso.
**Palabras clave:** Turismo, Agricultura, Ganadería, Preservación.

## INTRODUÇÃO

Pretendemos, neste artigo, discutir algo produzido em Bonito/MS no processo de implantação da atividade turística e agropecuária dividindo as mesmas propriedades concomitantemente com a atividade agropecuária e de atratividade. A atividade dominante no município originalmente foi a agropecuária, e sua população chamada de pioneira, tem heranças com o trabalho rural, com gado e em segundo momento com a agricultura.

O município de Bonito, também conhecido como "cidade das águas", está localizado no sudoeste de Mato Grosso do Sul (Figura 1), é reconhecido internacionalmente como destino do ecoturismo, que explora as águas límpidas dos rios que nascem na Serra da Bodoquena.

Figura 1 – Localização do município de Bonito-MS.



A construção da marca "cidade das águas" é algo recente e que ganhou força em meados da década de 1990 com a exposição midiática e com a consolidação do município como destino turístico, e mesmo assim as atividades agropecuárias continuaram em expansão. A mineração chegou a ganhar destaque em alguns momentos devido estudos de viabilidade mineral, inclusive, com possibilidades de instalação de jazidas de mármore, mas permaneceu apenas com a extração de calcário.

A produção do espaço no Planalto da Bodoquena onde Bonito está inserido permeia o processo de alteração na relação com a natureza e seus elementos, bem como o processo de artificialização e mercantilização por parte da atividade turística com apropriação e descaracterização pelas atividades agropecuárias. Corroborando essa discussão, Santos (1996) elucida que:

> A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. Em cada fração da superfície da terra, o caminho que vai de uma situação a outra se dá de maneira particular; e a parte do "natural" e do "artificial" também varia, assim como mudam as modalidades do seu arranjo. (SANTOS, 1996, p. 186) (grifos do autor)

Com o desenvolvimento das técnicas e da ciência, o homem passou conhecer os processos da natureza e as relações passaram a ser analisadas sob uma nova ótica, o que, de acordo com Santos (2008), necessitaria de um novo olhar, pois seria necessária uma análise de maneira mais universal para o entendimento de tais relações.

> (...) O homem atinge enfim um conhecimento analítico e sintético de toda a Natureza e adquire a capacidade de uma utilização geral e global das coisas que o cercam. A partir do momento em que a Natureza se define de nova maneira e suas relações com o homem se renovam, torna-se necessária uma renovação das disciplinas que a estudam. Para a geografia, trata-se de novas perspectivas e de uma capacidade nova de trabalhar com leis universais. (SANTOS, 2008, p. 30).

A apropriação da natureza pela atividade turística reproduz de maneira clara a relação globalizada e apresenta novas formas de uso e alteração dos elementos e em nome da segurança, artificializa e padroniza os ambientes dotados de atratividade. Ao mesmo tempo, o processo de produção do espaço conduz essas alterações, pois se caracteriza pelas relações de agentes sobre os elementos da natureza no caso do turismo, ou, como Santos (2008) chama, de "interação entre homem e a natureza bruta".

> O espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da geografia, o resultado de uma interação entre homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente. (SANTOS, 2008, p. 27 e 28).

De acordo com autor citado acima, para entender o processo de produção do espaço, é necessário entendê-lo em sua totalidade. Como no município de Bonito/MS, não podemos avaliar apenas uma atividade de maneira isolada, pois isso apresentaria apenas parte das estruturas que formam o emaranhado de relações e não permite compreender a dinâmica histórica de produção do espaço no Planalto da Bodoquena. Desta forma apresentamos alguns elementos para compreender o processo de apropriação do turismo nas propriedades rurais e sua relação com as atividades agropecuárias.

## O AGRO-ECO-TURISMO

A decisão em usarmos o termo agro-eco-turismo é tomada quando observamos que os mesmos empresários transitam por várias atividades; isso não seria problema se não houvesse conflitos de interesses na forma de produção espacial das atividades. Conflitos que são materializados por acontecimentos concretos gerados pelas diferentes práticas das atividades, como, por exemplo, o turvamento de rios pelo manejo inadequado do solo para a prática agrícola. Outro exemplo é a criação de Unidades de

Conservação - UCs[1], que enfrenta resistência da categoria ruralista. Esse debate é intenso no município de Bonito, entre os produtores rurais e ambientalistas, com pouca ou nenhuma participação do trade turístico.

A criação das UCs teria como foco principal proteger as áreas que controlam a qualidade da água, que é a mercadoria principal do turismo de Bonito/MS. Então, qual a razão do trade se ausentar da discussão? Em nossa concepção, aqueles que não são proprietários rurais se relacionam com esse setor, e não se posicionam para evitar problemas de relacionamento, mas não percebem que com o uso intenso de áreas de banhado podem comprometer a atratividade das águas de Bonito/MS. Para Vasques (2016), os empresários do turismo não se deram conta que a não preservação de ambientes de nascentes e recarga dos rios pode comprometer toda a cadeia de serviços do turismo na cidade:

> Os empresários do turismo, eles querem receber, faturar. A minha pergunta é: até quando a galinha de ovos de ouro de Bonito vai botar? Porque se não pensar, se o turismo não começar a investir em conservação, o rendimento tende a cair, pois a qualidade do que é vendido pode ser inferior. Aconteceu no Balneário Municipal, final de 2015, ficou fechado 12 dias por conta de enchente e turvamento do rio Formoso. (VASQUES. *Entrevista gravada*. Bonito – MS, 18 de novembro de 2016).

Acompanhamos, no período da pesquisa (2014-2017), e em momentos anteriores durante outras pesquisas na região, as reuniões e eventos que se aproximam da temática pesquisada. Observamos que classe ruralista possui um discurso pautado na garantia de propriedade da terra, do direito ao uso da terra para produção: colhem o alimento para o povo, pagam altos tributos, preservam o meio ambiente e ainda são taxados de "bandidos" pelos defensores da natureza, que segundo eles: "brigam para preservar em terras dos outros".

Esse discurso é muito forte em uma área predominantemente rural, de oligarquias e de poderes concentrados nas mãos de pessoas desse setor, como é o caso do estado de Mato Grosso do Sul, como um todo. Se levarmos em consideração o

[1] Sobre a criação de Unidades de Conservação no município de Bonito consultar: RIBEIRO, (2017).

município de Bonito/MS, mesmo as pessoas que não são proprietárias ou funcionários das fazendas reproduzem o mesmo discurso, pois são formados com este ideário, tanto pela mídia, quanto pelas famílias e relações pessoais que reproduzem a ideologia ruralista.

Precisamos, nesse sentido, romper com tais falácias e tentar compreender o processo de maneira mais crítica e impessoal, de modo a considerar que todos os agentes são importantes e desempenham seus papéis de acordo com os seus interesses e condições. A grande falácia que o agronegócio propaga é sobre a produção de alimentos. Dados e pesquisas apontam que cerca de 70% da produção de alimentos são originados da agricultura familiar, sendo: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%), ou seja, a base da alimentação dos brasileiros é produzida em pequenos estabelecimentos familiares[2].

Existe uma diferença gritante entre as áreas ocupadas pelos setores do agronegócio e pela agricultura familiar, bem como pelos recursos de fomento à agricultura familiar e ao agronegócio. Apesar de não ser objeto deste trabalho, é importante pontuarmos que, enquanto a agricultura familiar corresponde a 84,4% dos estabelecimentos rurais ocupa apenas 24% da área total. Já no que tange à mão de obra, cerca de 74% está na agricultura familiar[3].

Enquanto o agronegócio possui um discurso não verdadeiro sobre a produção de alimentos, os dados nos mostram que esse setor produz grande parte para exportação e uma minoria se dedica à produção de alimentos efetivamente. Esse é apenas um dos exemplos que poderíamos citar de matérias que os grandes latifundiários reproduzem tentando criar uma imagem "sagrada" sobre o setor.

Não podemos negar a importância do agronegócio para a economia brasileira, pois, no ano de 2015, a participação no PIB foi de aproximadamente 20%, e, mesmo em períodos de crise econômica mundial, o setor tem apresentado crescimento. Apesar disso, o agronegócio é alvo de constantes críticas de pesquisadores, como o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira que disse em uma entrevista: "O agronegócio

[2] Dados extraídos de http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro - Acesso em: 19 fev. de 2017.
[3] IBGE, Censo Agropecuário de 2006.

está interessado em produzir o que dá dinheiro. O fato é que o agronegócio não produz comida para os brasileiros"[4].

Outra questão que é tratada de maneira sigilosa pelas grandes corporações do agronegócio são as sementes transgênicas, que, com o desenvolvimento das técnicas, foram produzidas para minimizar os custos de produção e potencializar o uso das terras, assim como os fertilizantes, mas não se tem dados precisos sobre a nocividade das sementes modificadas geneticamente para humanos e animais.

Alguns autores defendem que as pesquisas realizadas com sementes transgênicas foram inconclusivas, e em alguns casos até encomendadas por corporações e não estimaram de maneira conclusiva as consequências para flora, fauna e humanos. No livro *Transgênicos: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos*, vários pesquisadores discorrem sobre o processo de liberação em vários países do mundo e sobre os problemas gerados com a modificação genéticas de sementes e uso excessivo de agrotóxicos[5].

Outra consequência já apontada por pesquisadores é a contaminação de sementes não transgênicas no momento da polinização das plantas, o que impacta pequenas plantações tradicionais em áreas próximas às grandes lavouras. Já existem pesquisas que apontam a diminuição na população de abelhas em países como o Brasil e Estados Unidos, animais que são fundamentais no processo de polinização de várias plantas[6].

As grandes plantações geralmente utilizam as sementes transgênicas visando maior produtividade e diminuição dos custos com mão de obra, visto que o controle de ervas daninha é feito com o uso de agrotóxicos específicos, descartando-se a figura do trabalhador que fazia a limpeza das lavouras. Outro fato que chama a atenção é o uso excessivo de agrotóxicos nesse tipo de cultura e a contaminação das plantas e imediações.

Pesquisas apontam que em localidades com grandes concentrações de lavouras, até no leite materno foram encontrados resíduos de veneno[7]. Além do leite

---

[4] http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2011/04/pressao-do-agronegocio-ignora-alimentacao-da-populacao-dizem-ativistas - Acesso em: 19 fev. de 2017

[5] ANDRIOLI, FUCHS, (2012).

[6] ANDRIOLI, FUCHS, (2012).

[7] PALMA (2011).

materno, pesquisas desenvolvidas por pesquisadores da Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT apontam que o ar, água e reservas indígenas estão sendo poluídas por uso excessivo de agrotóxicos.[8]

Nas localidades onde se instalam grandes extensões de lavouras, o manejo utilizando grandes cargas de agrotóxicos e, muitas vezes, com pulverização aérea, dificultam a produção de frutas e plantações domésticas, como mamão, mandioca, milho e até mesmo hortas, pois a quantidade de pragas que atacam essas plantas não cultivadas com agrotóxicos tornam a produção inviável, ou os agricultores passam a utilizar maior carga de agrotóxicos para produzirem.

Poderíamos nos debruçar em diversos casos já pesquisados, acerca da contaminação de animais, plantas e até de humanos, pelo uso excessivo de agrotóxicos, desenvolvimento de processos depressivos, altos índices de câncer etc. Contudo, como não é nosso objetivo, apenas pontuamos fatos indesejáveis que raramente são divulgados em pesquisas por contrariar a lógica capitalista das grandes corporações que controlam esta rede de serviços do agronegócio.

As plantações em Bonito/MS também são cultivadas a partir de sementes transgênicas nas culturas de soja e milho e, como em outras localidades, não houve a preocupação de estimar qual seria o impacto de culturas modificadas geneticamente em um ambiente como o encontrado no Planalto da Bodoquena, relevo, fauna e flora diferenciado, e, além disso, os rios de águas cristalinas que são utilizados pelo turismo e milhares de pessoas se banham anualmente neles.

Essa discussão nos leva a outra contradição presente em áreas rurais, sobretudo onde o turismo se instala, que é o uso privado dos bens públicos, como neste caso os rios. A limitação de uso dos cursos d'água entra em choque com o direito das pessoas, e criam-se barreiras impedindo o uso pela população de um bem que legalmente é público, argumentando-se que o acesso ao rio é propriedade privada. Durante a realização do trabalho, deparamo-nos com uma situação de abordagem policial armada a um grupo que se banhava próximo a uma ponte do rio Formosinho.

Além do uso privado das águas dos rios, utilizam forças do estado para reprimir pessoas que, muitas vezes, não podem pagar o acesso com infraestrutura.

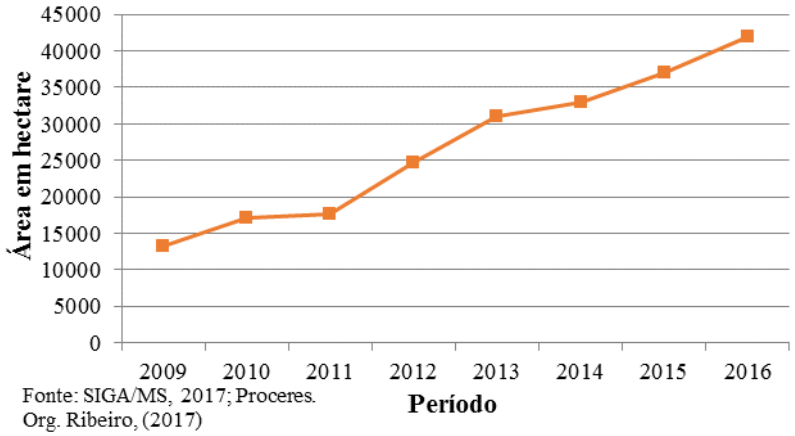
[8] LIMA (2015).

Entendemos que é uma relação complicada e que merece atenção e pesquisas específicas para um melhor entendimento, mas não podemos deixar de mencionar que a apropriação de elementos públicos por atividades econômicas e o privado sobrepondo ao coletivo é mais um sinal da perversidade que o mercado impõe na sociedade.

Quando as atividades econômicas se instalam em localidades com baixo desenvolvimento econômico, tendem a ser aceitas sem muitos questionamentos. No caso de Bonito/MS, vive-se um momento de crescimento da atividade turística, e, no campo, as áreas destinadas à agropecuária e pastagem estão sendo convertidas em áreas de lavoura devido ao maior índice de lucro da atividade agrícola.

Em outros momentos, a agricultura já ocupou áreas extensas de pastagens devido ao valor mais atrativo de grãos do que a criação de gado, isso se deu entre as décadas de 1980 e 1990. Já em 1995 a agricultura entrou em crise e as áreas voltaram a ser utilizadas para pastagens até a década de 2010, quando as lavouras começam a ocupar grandes extensões de áreas antes ocupadas por pastagem. De 2009 até o período atual, houve um crescimento acentuado nas áreas de lavoura no município como nos mostra o gráfico (Figura 2).

Figura 2 – Gráfico de área ocupada por lavouras em Bonito 2009-2016




Fonte: SIGA/MS, 2017; Proceres.
Org. Ribeiro, (2017)

A inquietação para fazer este trabalho surgiu dessa problemática, pois compreendemos que as áreas agrícolas se consolidam e são ampliadas. A partir daí, formam conglomerados dependentes dessa rede de serviços e são alterados apenas quando há algum agente externo, como no caso da década de 1990, quando houve a crise do setor e os agricultores migraram para outras áreas, ou outra atividade.

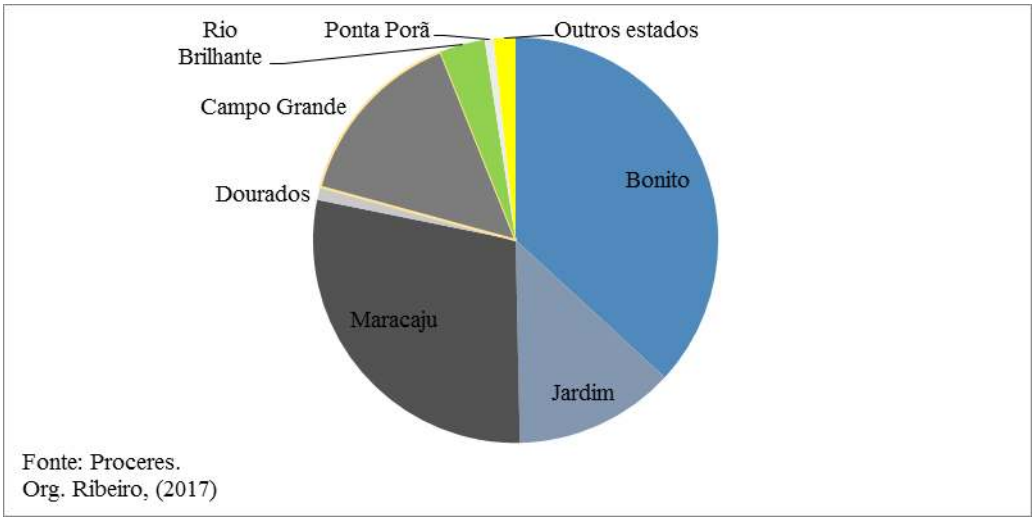
Nesse sentido, buscamos entender como ocorreu o processo de territorialização da soja/milho em Bonito/MS recentemente, e para isso foi necessário fazer um levantamento da origem desses agricultores, e se são proprietários ou arrendatários de terras.

Desde o início da pesquisa, no ano de 2014, tivemos dificuldades em conversar com a classe ruralista de Bonito/MS, tanto que o Sindicato Rural não nos recebeu para entrevista. Diante desse cenário, precisaríamos buscar alternativa para levantamento as informações primordiais para o desenvolvimento da pesquisa.

Nesse sentido, buscamos apoio nas empresas de planejamento rural. O agrônomo Egídio Piccini, proprietário da empresa Proceres, em Bonito/MS, atendeu-nos e gentilmente cedeu os dados dos quais dispunha, como o levantamento de todas as propriedades com lavouras do município com as características de cada propriedade e origem do agricultor. Vale lembrar que Piccini acompanha os pesquisadores do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE quando efetuam os levantamentos no município, e trabalha nesta área desde o final da década 1980.

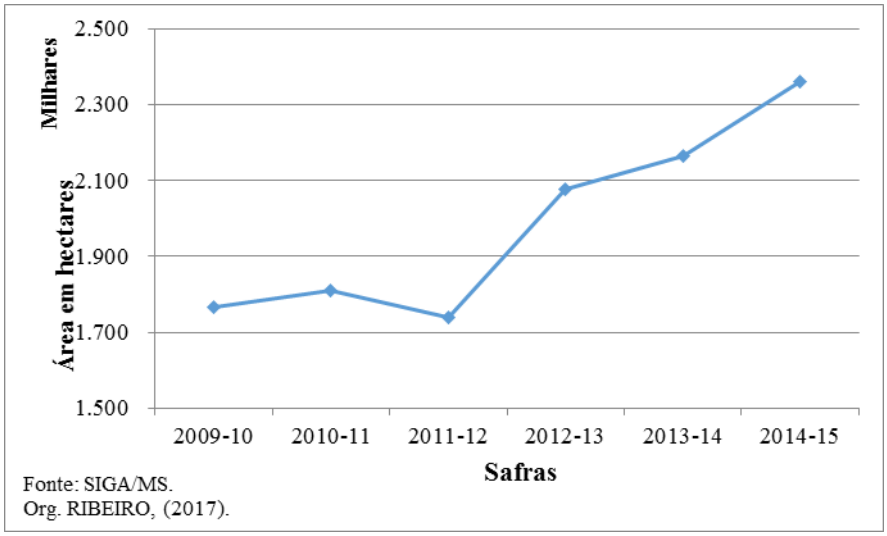
Por meio dessas informações, foi possível tabular e checar a área plantada, verificando em quais propriedades o agricultor é o proprietário ou um arrendatário, bem como sua origem. Esse é um passo importante para identificarmos a razão do aumento de áreas de lavoura no município e o que levou estes produtores optarem por Bonito e não outra área já consolidada, e que ofertasse uma rede de serviços.

Figura 3 – Gráfico de origem dos agricultores de Bonito e a participação total na área plantada.



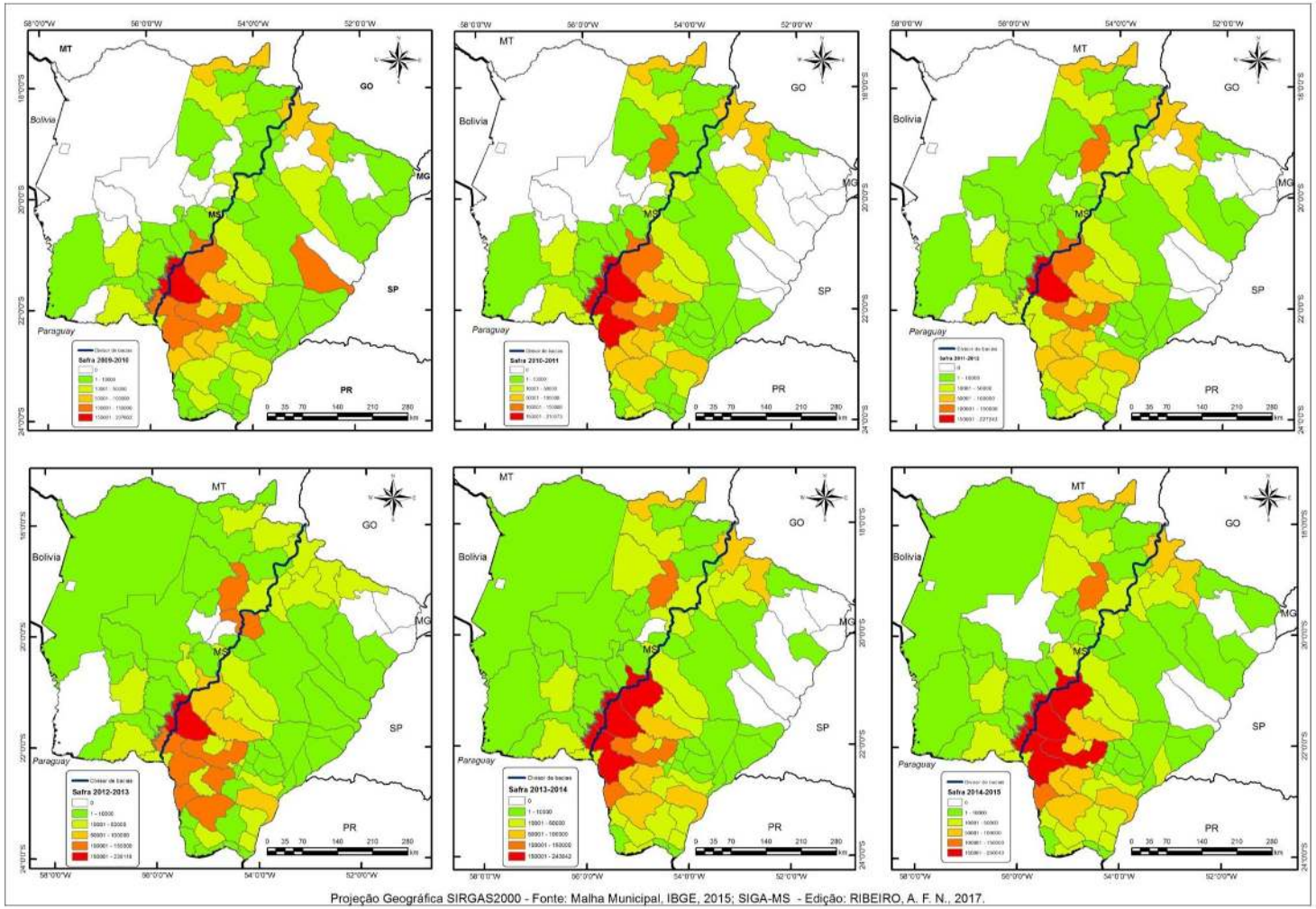

Analisando a origem principal dos agricultores (Figura 3), percebemos que os municípios de Maracaju/MS, Campo Grande/MS, Jardim/MS, Rio Brilhante/MS figuram principais emissores. Para compreender esse processo, buscamos alguma alteração significativa na última década para justificar tal tendência. Avaliamos também o comportamento das áreas de lavouras em todos os municípios do estado de 2009 até 2014 para comparar se houve alguma alteração semelhante à ocorrida em Bonito/MS e apresentamos o gráfico (figura 4) com a área ocupada pelas lavouras no estado e o mapa (Figura 5) com a área por município.

Figura 4 – Gráfico da área plantada com soja no estado de Mato Grosso do Sul, safras 2009-10 a 2014-15.




Fonte: SIGA/MS.
Org. RIBEIRO, (2017).

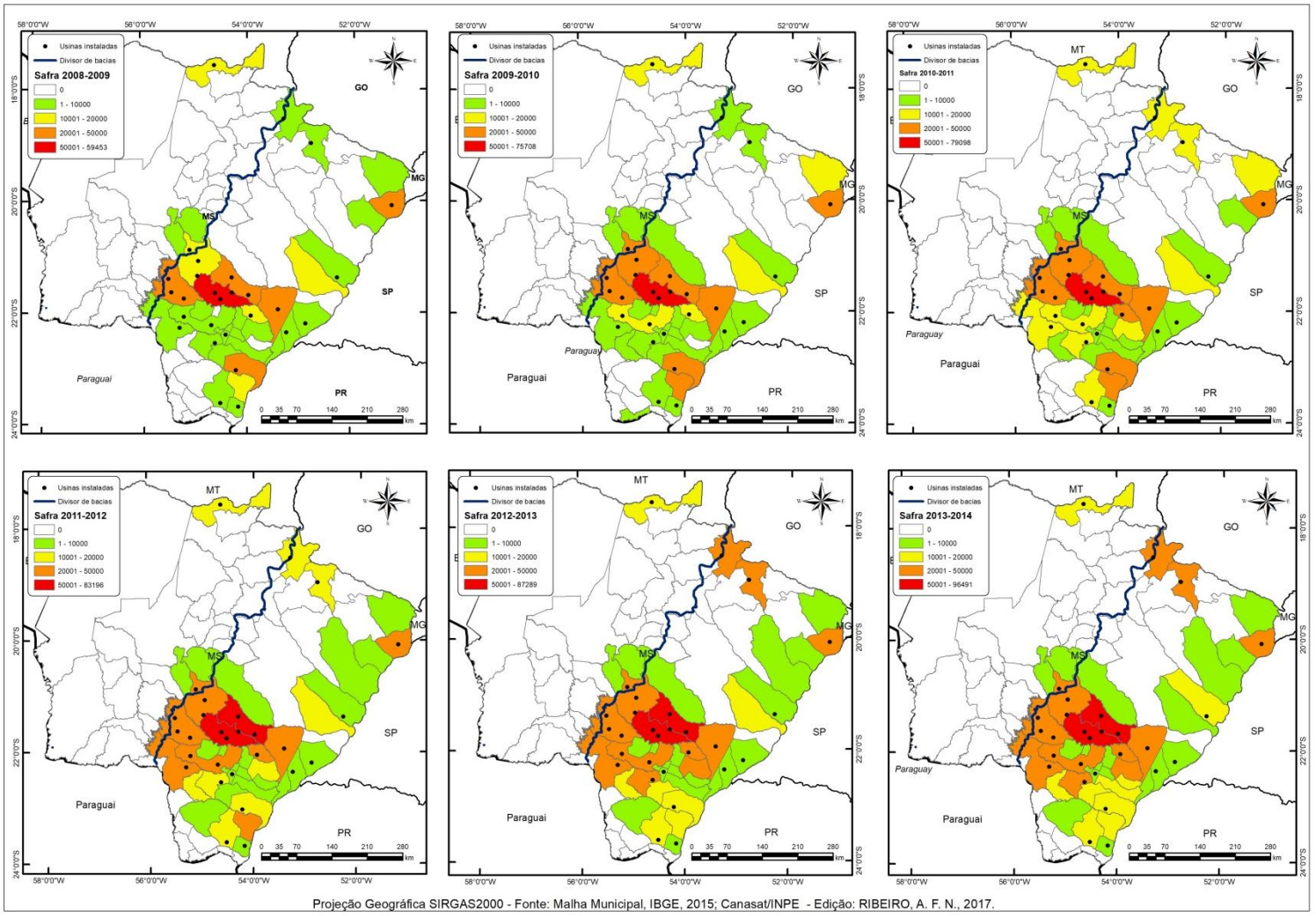
Figura 5 – Mapa com área plantada com soja nos municípios de Mato Grosso do Sul 2009-2014 (hectare).



Com isso, percebemos que existe uma forte influência das lavouras ocuparem porções da bacia do Paraguai como área de expansão de cultivo de soja/milho principalmente por áreas da bacia do Paraná no estado de Mato Grosso do Sul figurarem como grandes produtores de cana-de-açúcar, cultura que disputa áreas agricultáveis com a soja/milho e remunera os arrendamentos com valor mais alto que as culturas predominantes do
estado.

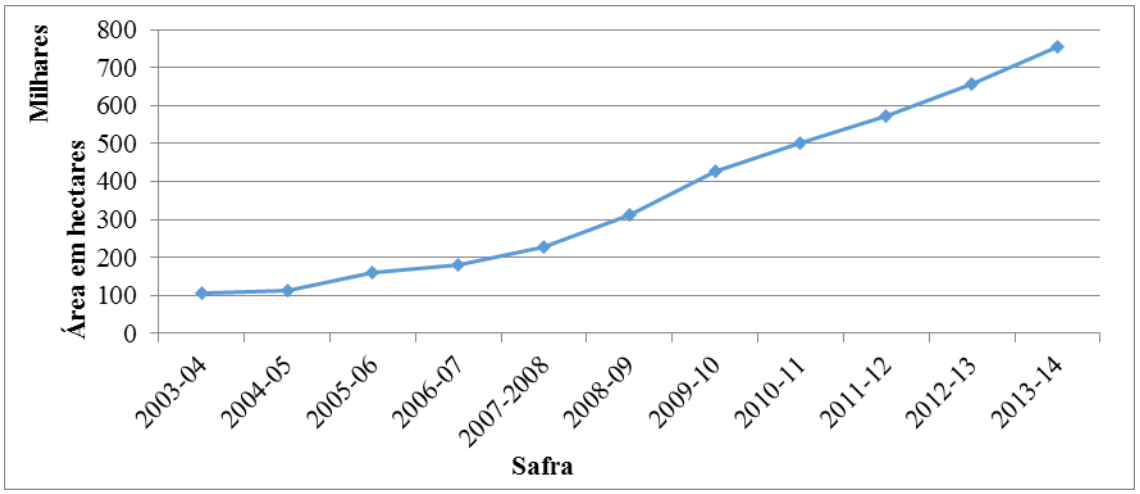
Diante do exposto, procuramos analisar a ocupação dos municípios pelas lavouras de cana-de-açúcar de 2009 a 2014 para avaliar se isso influenciou ou não a tendência de expansão de lavouras de soja/milho para a bacia do Paraguai. Apresentamos, a seguir, o mapa (Figura 6) com o quantitativo de área de cana-de-açúcar nos municípios sul-mato-grossenses e gráfico (Figura 7) com as áreas plantadas desde o início dos levantamentos.

Figura 6 - Distribuição das plantações de cana-de-açúcar e usinas no estado de Mato Grosso do Sul de 2008 a 2014(hectare).



O fato das lavouras de soja/milho ocuparem áreas da bacia do rio Paraguai como área de expansão fica evidente se observarmos a lei estadual nº 328[9], que trata da proteção ambiental do Pantanal de Mato Grosso do Sul e proíbe a instalação de destilaria de álcool e usinas de açúcar na área da planície e adjacências e limita indústrias que geram resíduos poluentes em toda a bacia do Paraguai no estado.

Figura 7 – Gráfico da área de cana-de-açúcar plantada no Mato Grosso do Sul – safras 2003-04 a 2013-14.




Fonte: Canasat/INPE.

Organização: Ribeiro (2017)

Conforme o mapa (Figura 6) e gráfico (figura 7), percebemos um aumento acentuado na área plantada no estado, principalmente, a partir do ano de 2008. Nota-se também a concentração das plantações de cana-de-açúcar e usinas no centro sul do estado, principalmente, nos municípios de Rio Brilhante e Nova Alvorada do Sul que, nas últimas duas safras, se aproximaram dos 100.000 ha de área plantada cada, superando as áreas com soja/milho.

Acompanhando o raciocínio do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, de que o "agronegócio produz o que dá mais dinheiro", conforme citado anteriormente, as áreas de expansão das lavouras de soja na bacia do Paraná foram perdendo espaço para o cultivo da cana-de-açúcar que passou a remunerar com valor mais elevado o aluguel de terras e com pagamento adiantado.

[9] Mato Grosso do Sul, (1982).

No início da década de 2010, os valores de arrendamento na região de Dourados eram de dez sacas de soja por hectare ao ano. Com a chegada de novas usinas na região e a disputa pelo arrendamento de novas áreas, esse valor foi se elevando gradativamente até atingir em alguns casos quatorze sacas/ha atualmente. As usinas pagavam até quinze sacas/ha adiantados, e isso fez com que muitas áreas que eram arrendadas para soja ou pastagem fossem convertidas para o cultivo de cana nos municípios onde se instalaram as unidades produtivas ou em seu raio de abrangência.

Esse fato fez com que muitos agricultores que detinham quantidade limitada de recursos e área própria insuficiente buscassem outras frentes para expansão de suas lavouras. Alguns venderam suas áreas na bacia do Paraná e buscaram outras terras aqui mesmo no estado, ou em outras unidades da federação com preço mais acessível de compra e arrendamento.

Diante do exposto, defendemos que a expansão de áreas de lavouras de soja/milho no município de Bonito/MS e em outros municípios da bacia do Paraguai configura a fuga dos altos valores de arrendamento e compra de terras na bacia do Paraná. Podemos citar um exemplo da diferença nos valores de arrendamento: enquanto em municípios como Dourados/MS custa de doze a quatorze sacas/ha, em Bonito/MS, o valor gira em torno de dez sacas de soja por hectare.

O tipo de expansão para áreas distantes do eixo consolidado carrega para as regiões infraestruturas e práticas incomuns para estas localidades. Percebemos em Bonito/MS a mudança no comércio, a movimentação de veículos pesados, e, com isso, a deterioração mais rápida das estradas etc.

O desenvolvimento da chamada atividade produtiva em Bonito/MS, seja agricultura, pecuária, mineração ou turismo, depende de uma série de requisitos, muitas vezes, patrocinados pelo Poder Público como forma de incentivo, seja para geração de emprego ou para recolhimento de imposto. Além de viabilizar elementos para o funcionamento de empresas ou pessoas físicas que desenvolvam atividades produtivas, cabe ao Poder Público legislar e fiscalizar o funcionamento delas para que não causem problemas para as demais empresas e população em geral.

A problemática da instalação das lavouras no município de Bonito/MS diz respeito ao turvamento dos rios utilizados pelos turistas. Quando isso ocorre, os passeios precisam ficar interditados pela falta de condições de uso das águas para

banho. Vários são os argumentos utilizados pelos ruralistas para defenderem que não são os agricultores que provocam tal situação, ideia que é rebatida pelos ambientalistas, que se utilizam, por sua vez, de argumentos para mostrar que as lavouras vêm causando o turvamento dos rios no município.

Sobre o fechamento de Balneários em períodos chuvosos devido ao turvamento das águas dos rios, isso poderia causar algum impacto econômico ao empreendimento e também ao município. O Poder Público deve se atentar ao fato do assoreamento dos rios, ou ao transporte de solos para dentro deles, o que comprometeria a qualidade das águas e da vida aquática, comprometendo as formações presentes nas cachoeiras. Certamente, isso só é possível fiscalizando as atividades que acontecem nas proximidades dos rios.

Existe preocupação do município em relação a esse problema, pois, em acompanhamento a reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA, esse fato surgiu e foi explicado que a Polícia Militar Ambiental estava desenvolvendo um levantamento das Áreas de Preservação Permanente-APP nos limites dos principais rios do município. Também a prefeitura teria um projeto juntamente com a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER para conservação das estradas.

Segundo relato de conselheiros, o problema das estradas seria o principal agente no processo de turvamento da água dos rios, pois as águas seguem pelas estradas e nas pontes e devido às cabeceiras baixas, as águas escoariam para dentro dos cursos d'água. Entendemos que as estradas podem ser o principal agente de carregamento de enxurrada para os rios, mas devemos levar em consideração que várias áreas de lavoura e pastagem às margens das estradas não possuem manejo de solo adequado para as declividades do município, como curvas de nível.

Figura 8 - Ponte com área para descarga de água.



Autor: Ribeiro (2014).

Não podemos atribuir somente às estradas o processo de carregamento de solos para os rios, pois as estradas estão no mesmo local há décadas e os problemas mencionados são recentes, e ainda deve ser considerado que muitas vias foram pavimentadas após a década de 1990. Contudo, é obvio que medidas de conservação minimizariam os problemas por enquanto, pois o que deve ser investigado e tomado medidas urgentes são as causas reais dos problemas. Temos histórico de problemas de turvamento de rios em outros períodos que as lavouras ocuparam áreas do município.

A classe ruralistas afirma que as lavouras não causam esse tipo de problema, porque, segundo relatos em reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente - COMDEMA, o plantio direto[10], como não revolve o solo, é mais eficiente no controle de erosão do que a pastagem. Esta alegação é contestada por especialistas que apontam que a perda de solo com a agricultura é muito maior que na pastagem, e atinge uma proporção de 15:1, ou seja, a agricultura tem uma perda de solo quinze vezes maior que as pastagens[11].

[10] O plantio direto é uma técnica de cultivo conservacionista em que o plantio é efetuado sem as etapas do preparo convencional da aração e da gradagem. Nessa técnica, é necessário manter o solo sempre coberto por plantas em desenvolvimento e por resíduos vegetais. http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/milho__/arvore/CONTAG01_72_59200523355.html – Acesso em: 9 fev. 2015.

[11] Dados disponíveis em Manzatto et al. (2002).

Obviamente, o turvamento das águas dos rios não é o principal problema que as áreas de lavoura mecanizadas trazem nas áreas que se instalam e se expandem, pois se considerarmos a área de lavoura que o município possui atualmente é de pouco mais de 40.000 ha, menos de 10% da área total do município não seria algo para se preocupar, principalmente, no estado de Mato Grosso do Sul, que possui municípios com percentual muito maior que isso. Porém, o fato está principalmente na importância ambiental e turística que Bonito apresenta e a fragilidade deste ambiente.

Para o chefe do Parque Nacional da Serra da Bodoquena - PNSBd, as lavouras trazem problemas como a derrubada de árvores isoladas e o uso intenso de agrotóxicos:

> A pecuária apesar de todos os problemas, principalmente com degradação do solo, a agricultura teoricamente cuida um pouco melhor do solo, mas a pecuária apesar de ter um manejo de solo ruim, eles mantem a cobertura vegetal precisam de arvores para sombreamento do gado, e não usam agrotóxicos. Usam remédios e insumos para o gado, mas em volume que não prejudica a biodiversidade. Já a agricultura, retira toda a cobertura, não existe agricultura com arvore no meio, as vezes deixa uma ou outra, mas a proposta e suprimir toda a vegetação e infelizmente tem normas do governo do estado que favorece isso que é a derrubada de arvores isoladas, limpeza de pastagem. O cara faz pedido de limpeza de pastagem e faz desmate, então tem uma serie de instrumentos que favoreceram esta alternância de pecuária para agricultura, mas a agricultura quando ela se instala acaba com a parte de vegetação e traz os agrotóxicos e isso influencia negativamente a biodiversidade de todas as áreas florestais não só do Parque. (PEREIRA. *Entrevista gravada*. Bonito – MS, 21 de janeiro de 2017).

Conforme as fotos abaixo (figura 9), é possível perceber a diferença nítida na cobertura vegetal e árvores isoladas, pois, na pastagem para pecuária, existe a necessidade de cobertura vegetal e árvores. Já para agricultura, devido ao uso de grandes máquinas, quanto mais limpo for a área, melhor.

Figura 9 – Diferença de áreas com lavoura e pastagem



Autor: Ribeiro (2016).

Além da supressão de árvores isoladas, é comum a diminuição no sombreamento nas margens das lavouras, fato que observamos em alguns momentos nos campos da pesquisa. Em lavouras às margens de matas, o agricultor usa o trator para empurrar as árvores para o interior das matas e, assim, vai aumentando a área de sua lavoura conforme a foto a seguir (Figura 10).

Figura 10 – Diminuição de sombreamento em área de lavoura.



Autor: Ribeiro (2016).

Outra questão relacionada à expansão de lavouras que preocupa é o avanço sobre os banhados do rio Formoso e da Prata, pois, além da importância que esses ambientes desempenham na regulação da quantidade e qualidade das águas, é importante habitat de diversos animais, e conforme a legislação atual sua proteção segue muita falha. A gestão anterior da prefeitura de Bonito/MS, em parceria com a Fundação Neotrópica, efetuou estudos de implantação de UCs nestes ambientes, mas o Sindicato Rural de Bonito impediu por meio de liminar judicial.

Figura 11 – Área de lavoura próxima ao banhado do rio Formoso.




Autor: Ribeiro (2016).

No início do mês de fevereiro de 2017, durante uma chuva, iniciou-se um grande incêndio no banhado do Formoso que, segundo a Prefeitura de Bonito, foi ocasionado pela queda de raios na área e queimou cerca de 2.275 hectares, aproximadamente 40% da área do banhado. Esse incêndio reacendeu o debate das UCs nessas áreas e a fragilidade do Poder Público no combate a esse tipo de incidente[12].

[12] O assunto repercutiu bastante na mídia local e regional sobre um suposto incêndio criminoso, fato que foi descartado pelas autoridades.
<http://www.oeco.org.br/noticias/bonito-incendio-expoe-fragilidade-e-destroi-um-terco-do-banhado-do-rio-formoso/>. - Acesso em: 20 fev. de 2017.
<http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/raios-atingem-area-banhada-do-rio-formoso-e-incendio-ja-dura-tres-dias>. Acesso em: 20 fev. de 2017.
<http://www.progresso.com.br/cidades/incendio-destroi-vegetacao-de-banhado-do-rio-formoso>. Acesso em: 20 fev. de 2017.

Figura 12 – Foto do incêndio no banhado do rio Formoso.



Fonte: http://www.oeco.org.br (2017)

Curioso como uma área de banhado pode incendiar a ponto de mais de 2000 ha ser devastada. Isso mostra que a área, que deveria permanecer encharcada, talvez, já não esteja cumprindo seu papel como deveria. Esse fato deveria servir de alerta e provocar a discussão dos interessados em proteger o ambiente. Outra questão é a proximidade das lavouras do banhado. A figura 12, apesar de não possuir escala, deixa evidente que não está sendo cumprida a lei dos 150 metros[13].

A onda de aumento das lavouras tende a ser duradoura, pois já estão em funcionamento três armazéns. Há ainda outro em fase de construção no município. Eles estão localizados próximos das maiores áreas de lavouras. Além disso, já existem lojas de implementos e insumos instaladas na cidade.

[13] Mato Grosso do Sul (1998). Lei dos rios cênicos.

Figura 13 – Armazéns instalados e em construção no município de Bonito.




Autor: Ribeiro (2016).

A perspectiva de continuidade e possível aumento na área de lavouras no município devem ser analisados com muita cautela e seriedade, pois um ambiente em que há todos os atributos de biodiversidade, ou de beleza cênica como Bonito/MS deve ser preservado, não somente devido ao turismo, mas também pela preservação de elementos que são importantes do ponto de vista animal ou vegetal.

O modelo agrícola que se desenvolve no Brasil tem superado várias barreiras naturais para aumento da produção, pois caso o solo seja pobre em nutrientes, existe uma gama de fertilizantes que corrigem o solo e o torna produtivo; caso existam pragas, o portfólio de agrotóxicos contam com inúmeras fórmulas proibidas em outros países e que aqui são liberados, colocando em risco a vida dos trabalhadores e de toda a população que vive nas proximidades.

Com isso, a agricultura tradicional, que ainda é praticada por pequenos agricultores descapitalizados, como os assentados, é praticamente extinta, pois as pragas que são combatidas a custas de fortíssimos agrotóxicos das grandes lavouras passam a

atacar as pequenas plantações. Assim, ou os pequenos produtores aplicam o agrotóxico ou não colhem nada. Com isso, a produção de orgânicos se torna muito mais dificultada.

As vias de acesso das lavouras onde circulam as máquinas agrícolas e escoam a safra são as mesmas que os assentados utilizam para o deslocamento para a cidade ou que os turistas utilizam como meio para chegar aos atrativos, como a Gruta do Lago Azul, Gruta de São Miguel, Praia da Figueira, Estância Rio Formoso etc.

Acreditamos que as vias de acesso podem ser um ponto de estrangulamento, tanto do ponto de vista do escoamento da produção agrícola, como de conservação para o uso da população e turistas ou ainda pelo fato de ser condutoras de enxurrada para os rios. As ações de conservação deveriam priorizar a contenção das águas para evitar o direcionamento diretamente para os rios. O mosaico de fotos a seguir (Figura 14) mostram ações do Poder Público na manutenção das estradas que potencializam o carregamento de solo para o interior dos rios e córregos e também obras urbanas com armazenamento de materiais próximas as margens dos córregos.

Figura 14 – Obras que potencializam o carregamento de materiais para os cursos d'água.




A - C - E: Valas para retirada de cascalho às margens das estradas rurais.
B - F: Depósito de material de construçao às marges de córrego urbano.
D: Entrada de águas de ruas urbanas diretamente em córrego urbano.
Fotos: RIBEIRO, (2016).

Na figura 14, temos exemplo de intervenções do Poder Público, da manutenção de estradas e de obras particulares que apresentam elementos que em períodos chuvosos acarretariam o carregamento de materiais para dentro dos cursos d'agua. O município de Bonito/MS, pelas características geológicas e hídricas, necessita de uma atenção e planejamento do Poder Público no cuidado para não ocasionar tais problemas ambientais.

Os córregos urbanos apresentam características visuais assustadoras e relatos apontam que em períodos chuvosos o carregamento de lixo é intenso. Existem ocupações nas margens em vários pontos e a vegetação nativa foi praticamente

dizimada. Cabe ao Poder Público uma intervenção cuidadosa para que Bonito/MS não perca o adjetivo que carrega em seu nome.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar um trabalho, voltamo-nos à reflexão da real aplicação da pesquisa que foi desenvolvida e o que fica acrescido ao cotidiano da localidade analisada, ainda mais quando se pensa nas críticas acerca de trabalhos acadêmicos que não têm aplicação prática e que acabam ficando engavetados. Entendemos que o papel do pesquisador é o de realizar reflexões sobre a área de atuação e disponibilizar para o Poder Público e para organizações específicas utilizá-lo de maneira prática aplicando as sugestões ou como forma de conhecimento do objeto, contribuindo para o pensar, sobre o real e as possibilidades de avanços na produção geográfica.

Nesse sentido, apresentamos algumas impressões que acumulamos em pesquisas no município de Bonito/MS, e na região do Planalto da Bodoquena desde o ano de 2008, no assentamento Canaã, município de Bodoquena/MS.

Entender a complexidade das relações humanas necessitaria de algumas gerações, ainda mais quando elas estão permeadas por interesses econômicos e influências diversas ao processo de territorialização de atividades produtivas tão variadas como agricultura e turismo é algo que consumiria anos de pesquisa e acompanhamento para um diagnóstico preciso. Apresentamos, aqui, resultados de anos de pesquisas acadêmicas e vivências no campo que nos permitem analisar esse processo com mais segurança.

O município de Bonito/MS, apesar da peculiaridade de possuir paisagens apropriadas e valorizadas pelo mercado turístico, a partir da década de 1990, não difere do processo de produção do espaço do estado de Mato Grosso do Sul, a ocupação pela população não indígena se deu, principalmente, pela criação de gado e mais recentemente, pela introdução de lavouras mecanizadas com o objetivo de produzir para exportação.

A territorialização da atividade agrícola se deu inicialmente na porção leste do estado, bacia do rio Paraná, principalmente na região centro sul, em virtude da topografia e da existência de solos mais adequados para agricultura. Com o processo de modernização e desenvolvimento das técnicas, as lavouras foram avançando em

topografias e solos menos férteis até ultrapassarem a Serra de Maracaju em direção ao Pantanal.

Com isso percebemos que o chamado Ecoturismo praticado em Bonito perdeu o "eco" no caminho e permanece apenas extraindo o lucro de uma área totalmente vulnerável à exploração tanto do turismo como da atividade agropecuária. A elite rural do município monopoliza a agenda ambiental impedindo o avanço de ideias de preservar áreas importantes para manutenção da qualidade da biodiversidade.

O AGRO-eco-TURISMO se mostra perverso por explorar em várias frentes o ambiente, modificando através do turismo e degradando por meio da agricultura, o Poder Público muitas vezes carregado desta ideologia e dominado por este segmento se cala perante aos interesses da categoria.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRIOLI, A. I.; FUCHS (Org.). **Transgênicos: As sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CANASAT – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/>. Acesso em 17 de maio de 2017.

FAMASUL. **Sistema de Informação Geográfica do Agronegócio - Siga MS.** Disponível em: <http://www.sigaweb.org/ms>. Acesso periódico de 2014 até 2017.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2006, p.1-777.

LIMA, F. A. N. de S. **Saúde, ambiente e contaminação hídrica por agrotóxicos na Terra Indígena Marãiwatsédé, Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado – UFMT, 2015.

MANZATTO, C. V. et al. (Orgs). **Uso Agrícola dos Solos Brasileiros**. Embrapa Solos: Rio de Janeiro, 2002.

Mato Grosso do Sul. **Lei nº 328, de 25 de fevereiro de 1982**, 1982.

Mato Grosso do Sul. **Lei nº 1.871, de 15 de julho de 1998**, 1998.

PALMA, D. C. de A. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde - MT.** Dissertação de Mestrado – UFMT, 2011.

RIBEIRO, A.F.N. **DESAFIOS E CONFLITOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO MUNICÍPIO DE BONITO/MS: agricultura, turismo e apropriação da natureza**.

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados – MS, 2017. (Tese de Doutorado)

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** Colaboração de Denise Elias. 6. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

VASQUES, Chris. **Entrevista gravada**. Bonito – MS, 18 de novembro de 2016.

*Recebido para publicação em outubro de 2018*

*Aceito para publicação em novembro de 2018*